



ONU/LOGAN ABASSI

NAÇÕES NÃO TÃO UNIDAS

Fundada há 60 anos para promover a paz, a organização perde poder para enfrentar decisões unilaterais das potências econômicas

O provérbio árabe “Os cães ladram e a caravana passa” refere-se a situações em que qualquer esforço se torna inútil contra uma decisão tomada por alguma força superior. E aplica-se perfeitamente à atual crise de identidade e de poder político por que passa a Organização das Nações Unidas (ONU). Depois de mais de 60 anos de sua criação, a ONU,

que já foi o mais respeitável fórum de debate e encaminhamento multilateral dos problemas mundiais, não consegue mais deter decisões tomadas unilateralmente por grandes potências econômicas, que seguem sem se importar com o ladrar da comunidade internacional.

Foi assim em 2003, quando o latir da ONU não foi capaz de impedir que os Esta-

dos Unidos (EUA) e o Reino Unido passassem por cima da decisão da organização e invadissem, como uma caravana onipotente, o Iraque, sob o pretexto de proteger o mundo de um suposto arsenal de armas de destruição em massa mantido por Saddam Hussein. A comunidade internacional ladrou também à toa no caso do conflito armado entre Israel e o grupo palestino Hamas, iniciado no fim de 2008. De nada adiantou a insistência de líderes mundiais para que a ONU intervisse para conter a violência dos ataques israelenses à Faixa de Gaza. Cada nova proposta de condenação dos ataques israelenses apresentada ao Conselho de Segurança (CS) era vetada pelos EUA. Neste caso, a situação deixou a organização ainda mais desmoralizada: mesmo depois de os norte-americanos retirarem o veto à condenação, ao fim de uma interminável série de negociações, Israel e o grupo Hamas simplesmente ignoraram o pedido de cessar-fogo e -

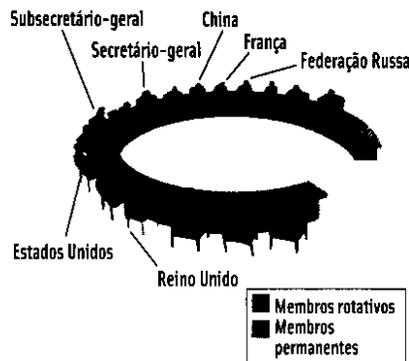


como outras duas caravanas independentes e soberanas – só estancaram as agressões quando cada uma das partes assim o decidiu, isoladamente (veja mais sobre o conflito na Faixa de Gaza na pág. 58).

Os dois episódios marcam a transição da ONU de protagonista a figurante entre os diversos atores da política internacional. A instituição tem propósitos políticos e abraça missões humanitárias da mais elevada relevância. Além de mediar conflitos internacionais e regionais, envolve-se, por intermédio de programas e agências, com questões de saúde, pobreza e meio ambiente; desenvolve estudos e campanhas em favor das minorias étnicas, das crianças e das mulheres; preocupa-se com a distribuição de alimentos e de água e com a educação das classes menos favorecidas. Por ações desse tipo, conquistou ampla representatividade: o número de países-membros subiu de

QUEM FAZ PARTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA

O Conselho de Segurança é o único órgão da ONU com poder de autorizar uma intervenção militar em um país. O conselho é composto de cinco membros permanentes e dez rotativos, com mandato de dois anos



Fonte: ONU

CAÇADORES DE CONFLITOS Em dezembro de 2008 a ONU mantinha 16 tropas em 15 países que passam por turbulência. Na foto, soldados da missão de paz no Haiti, chefiada pelo Brasil desde 2004

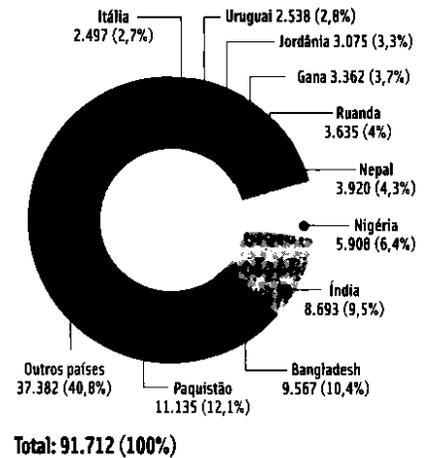
51 à época de sua fundação, em 1945, para 192 hoje – praticamente todos os Estados reconhecidos pela comunidade internacional. Ainda assim, perde espaço nas discussões transnacionais. E parte da responsabilidade por essa mudança recai sobre a estrutura e o funcionamento da própria organização, que se baseia numa realidade de 60 anos atrás.

Anacronismo

A ONU foi criada em 1945, arquitetada por cinco potências que emergiram da II Guerra Mundial: EUA, China, União Soviética (URSS), França e Reino Unido. Essas nações desenharam a distribuição do poder na ONU e até hoje são os únicos membros permanentes do CS – o principal órgão da entidade, que toma as decisões mais importantes sobre segurança mundial. É o CS, por exemplo, quem delibera sobre o envio de missões de paz para áreas em conflito ou define as sanções ou a intervenção militar num país. Além dos cinco membros permanentes, outras dez nações participam do CS como membros rotativos (que se revezam a cada dois anos). O Brasil já foi membro temporário por nove mandatos, sendo o último entre 2004 e 2005.

PAÍSES COM MAIOR CONTINGENTE NAS FORÇAS DE PAZ

Situação em 31 de dezembro de 2008



Fonte: ONU

Todos participam das discussões, mas apenas os membros permanentes têm poder de vetar qualquer proposta discutida – ou seja, basta uma das cinco grandes nações discordar da proposta, e ela não poderá ser adotada. Foi exercendo esse poder de veto que os EUA retardaram a aprovação de toda moção contra os ataques de Israel sobre a Faixa de Gaza, no início deste ano. No sentido inverso, ignorando os vetos da Federação Russa e da França, os mesmos EUA tomaram uma decisão unilateral e invadiram o Iraque em 2003.

No período da Guerra Fria, do fim da II Guerra Mundial até o início dos anos 1990, enquanto o mundo permanecia dividido entre os blocos comunista e capitalista, a estrutura do CS funcionou bem. O lado capitalista era representado por EUA, França e Reino Unido; o comunista, por China e URSS (hoje substituída pela Federação Russa). As duas partes usavam o poder de veto para negociar soluções para os conflitos na esfera internacional.

Mas, terminada a Guerra Fria, a polarização entre comunismo e capitalismo deu lugar a uma nova ordem mundial, em que o poder econômico manda mais do que a força ideológica ou política. Nesse contexto, a divisão de poder dentro da ONU ficou desequilibrada e fora da realidade. O Japão e a Alemanha, por exemplo, que estão entre as economias mais ricas do planeta, ficam de fora das principais decisões da ONU porque, em 1945,

As propostas para a reforma do Conselho de Segurança têm de superar os interesses particulares das nações

estavam do lado perdedor da guerra, junto da Itália. E nações emergentes como Índia e Brasil, que vêm ganhando destaque no cenário econômico mundial, reivindicam participação efetiva no CS. Para que a ONU volte a representar a realidade geopolítica do século XXI, é preciso uma ampla transformação.

Reformas

Em meados de fevereiro de 2009 as 192 nações que integram a ONU recomeçaram a discussão de uma infinidade de propostas de reforma. Uma é aumentar de 15 para 24 ou 26 o número de países que compõem o Conselho de Segurança. Com esse objetivo

em comum, Brasil, Alemanha, Japão e Índia formaram, em 2004, o Grupo dos 4 (G-4). O bloco quer também a criação de mais seis vagas permanentes, inicialmente sem poder de veto. Os novos lugares seriam ocupados pelos integrantes do grupo, mais dois países africanos (os principais candidatos seriam a África do Sul, a Nigéria e o Egito).

A proposta do G-4 esbarra em obstáculos. A China e os EUA uniram-se contra qualquer mudança. Em 2006, o Japão deixou o G-4 por não concordar com o curso das negociações. O México e a Argentina juntaram-se contra o Brasil, receosos de que o país assumira um papel privilegiado na América Latina. Por motivos semelhantes, a Itália opôs-se à entrada da Alemanha, a China à do Japão e o Paquistão à da Índia. Líderes do Paquistão, Argentina, Canadá, México e Itália chegaram a formar uma aliança, chamada Unidos pelo Consenso, para rebater as ambições do G-4.

A União Africana, que representa 53 nações do continente, tem posição parecida à do G-4 e também defende a criação de mais seis vagas permanentes. Porém, o bloco enfrenta divisões internas, com países importantes como Argélia, Quênia e Angola. A França e o Reino Unido prometeram incentivar a ampliação do conselho, para que o órgão incluía, entre seus membros permanentes, pelo menos um país africano e um latino-americano. A ideia é dar mais espaço às nações emergentes, contrabalancando o poderio norte-americano.

Longa discussão

Os diplomatas estimam que as discussões avancem pelo menos até o fim de 2010. Entretanto, uma eventual reforma pode não resolver definitivamente a questão de representatividade das nações emergentes. Isso porque, assim como os países que já integram permanentemente o CS, os candidatos a entrar também têm interesses

O Brasil começou, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, uma ofensiva diplomática por uma vaga permanente no Conselho de Segurança (CS) da ONU. A política, reforçada na gestão do presidente Lula, é uma das prioridades do Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores. E a ação mais importante da campanha é a liderança da missão de paz da ONU no Haiti.

As forças de paz da ONU (apelidadas de boinas azuis ou capacetes azuis) reúnem um contingente de cerca de 90 mil militares, policiais e profissionais civis oriundos de mais de 120 países. Além de garantir a paz e a segurança, desarmando antigos combatentes e controlando a violência nas ruas, as forças acompanham os processos de estabilização política e o retorno de refugiados.

O Haiti, de menos de 30 mil quilômetros quadrados (menor que o estado de Alagoas) e 9,8 milhões de habitantes, é uma das nações mais pobres do planeta. Com 80% da população vivendo com menos de 2 dólares por dia, o Haiti tem o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fora do continente africano, atrás apenas de Papua Nova Guiné: ocupa a 148ª posição entre as 179 nações avaliadas pelo Programa das Na-

ções Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Alta criminalidade, corrupção, violência e desemprego assolam a população, que vive em meio à maior tensão das Américas desde 2004, quando o então presidente Jean-Bertrand Aristide foi forçado a renunciar em meio a rebeliões populares.

Enquanto o país assistia a mais uma luta pelo cargo provisoriamente ocupado pelo presidente da Corte Suprema, a ONU enviava para lá a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Liderada pelo Brasil, a Minustah tinha como objetivo inicial desarmar os grupos em conflito e dar apoio à estabilização do governo haitiano. Foi com a ajuda dessa missão que o presidente René Preval tomou posse, depois de uma eleição conturbada, em 2006.

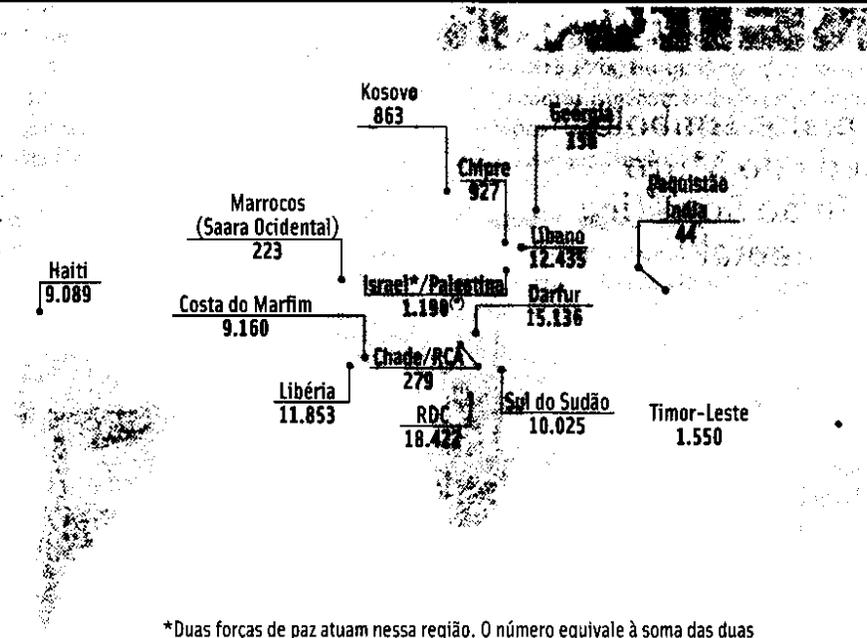
O país não vive mais a guerra civil, mas a insegurança persiste, com sequestros e brigas de bandos armados pelo controle das favelas. A Minustah continua no país, garantindo com presença ostensiva nas ruas da capital, Porto Príncipe, a abertura de escolas e do comércio e a execução de serviços públicos, como a coleta de lixo e o fornecimento de energia elétrica. Em janeiro de 2009, o contingente da Minustah era

de pouco mais de 9 mil militares e policiais vindos de 47 nações. O Brasil – que tem o maior número de soldados – comparecia, àquele mês, com 1,2 mil homens.

Exercer o comando de uma força de paz internacional é politicamente importante e credencia o Brasil a atuar em outras regiões de conflito, reforçando a importância do país no cenário mundial. Contudo, a missão tem problemas. Um dos principais é de ordem financeira: todos os anos, são gastos 120 milhões de reais para a manutenção do efetivo no Haiti. Ao fim de 2008, a conta já ultrapassava os 500 milhões de reais. O dinheiro é fundamental para os haitianos, mas é um valor muito alto se comparado, por exemplo, ao tamanho do orçamento dedicado às nossas Forças Armadas.

Outro questionamento é sobre a eficácia da missão. Além da pobreza, o país sofre com esquadrões da morte ligados a diferentes facções surgidas nas últimas décadas. Os críticos à participação brasileira alegam que estabelecer uma paz duradoura num país assim conturbado depende mais de desenvolvimento econômico, melhoria da educação, da saúde e de condições de vida do que do simples controle da criminalidade.

ONDE ESTÃO OS CAPACETES AZUIS



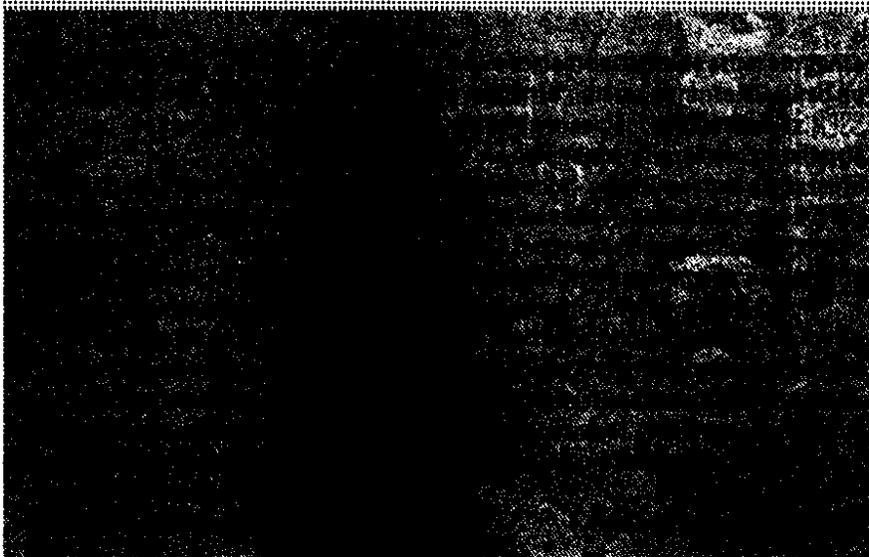
Fonte: ONU (dados de 31/12/2008)

que se sobrepõem aos problemas globais. Um exemplo é a África do Sul, que, quando ocupou um assento temporário no conselho, mostrou uma tendência de alinhamento com a Rússia e a China em diversas questões.

Nos últimos oito anos, o ex-presidente norte-americano, o conservador George W. Bush, foi contra qualquer alteração na organização e assumiu as posições unilaterais. Agora a discussão envolve o novo presidente, Barack Obama. As primeiras

expectativas são animadoras para a ONU: depois de conversas telefônicas com Obama e sua secretária de Estado, Hillary Clinton, no fim de janeiro, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirmou que os dois líderes norte-americanos concordaram em conversar não apenas sobre os grandes problemas mundiais – mudança climática, crise dos alimentos e conflitos no Oriente Médio –, como também sobre as propostas de reforma da instituição. ☒

Saiu na imprensa



Resumo

ONU

CONSELHO DE SEGURANÇA (CS) É o principal órgão da ONU, que delibera sobre a segurança mundial, definindo sanções e intervenções. O CS é constituído de cinco membros permanentes (as nações vencedoras da II Guerra Mundial – EUA, China, França, Federação Russa e Reino Unido), que têm poder de veto sobre qualquer proposta. O Conselho abriga, ainda, dez membros rotativos, eleitos a cada dois anos.

CRISE A atual estrutura do CS persiste desde 1945, quando o mundo saía da II Guerra Mundial dividido em dois blocos, o comunista e o capitalista. Àquela época, as negociações entre os cinco membros permanentes equilibravam o poder entre os blocos. Com o fim da Guerra Fria e da polarização ideológica, no início dos anos 1990, a divisão de poder entre os cinco membros permanentes perdeu o sentido. Logo a organização vê sua força diminuído como fórum multilateral. Potências econômicas desconsideram o CS e tomam decisões unilaterais. Exemplo disso foi a invasão do Iraque, pelos EUA e pelo Reino Unido, em 2003.

REFORMA Entre as propostas em debate, está a ampliação do CS de 15 para 24 ou 26 membros. O grupo dos 4 (G-4), originalmente formado por Alemanha, Japão, Brasil e Índia, defende a inclusão de mais seis integrantes com assentos permanentes. As discussões sobre uma reforma devem ser retomadas ainda neste ano.

BRASIL NO HAITI O Brasil lidera a missão de paz da ONU no Haiti, que sofre violentas convulsões políticas e sociais desde 2004. Essa participação faz parte da estratégia do governo brasileiro de destacar o país no cenário nacional, com vista a um lugar como membro permanente no CS. A estada dos brasileiros no Haiti levanta debates sobre o alto custo da manutenção das tropas e a real eficiência da missão num país solapado pela miséria e tomado pela violência e pela criminalidade.